



Disputas Oligárquicas em meio ao desequilíbrio federativo: uma análise das práticas políticas das elites mato-grossenses

LARISSA RODRIGUES VACARI DE ARRUDA*

1- Introdução

A primeira experiência republicana brasileira teve a atuação central das elites regionais, já que poucos estavam incluídos no sistema político. Entendemos elites como um grupo minoritário organizado que comanda um grupo maior desorganizado (MOSCA, 2007). Assim, ao considerar o período é fundamental levar em conta a perspectiva das elites políticas. Apesar de boa parte dos trabalhos focalizarem o arranjo geral feito pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, o presente trabalho centra-se na configuração política do estado de Mato Grosso.

Levando em conta a configuração republicana brasileira, objetiva-se analisar as práticas políticas das elites mato-grossenses durante a Primeira República (1889-1930). Para isso, será feita uma apresentação de aspectos fundamentais ao período, tais como o Federalismo, Coronelismo e a exclusão político e social. Em seguida, apresentamos as práticas políticas mais salientes destas elites, que foram os conflitos armados por eles empreendidos. Para então, analisar as estratégias utilizadas para obtenção de seus objetivos, suas consequências para o estado e, finalmente, as considerações finais acerca de um período que não se esgota em complexidade.

2- A Primeira República: Federalismo, Política dos governadores e Coronelismo

No Brasil, as ideias federalistas nasceram com os movimentos separatistas do século XIX, pois o federalismo sempre esteve intimamente ligado ao Regionalismo – o fenômeno caracteriza-se por uma pauta de comportamento político, na qual os atores regionais aceitam a existência do Estado-Nação, mas buscam o favoritismo econômico (LOVE, 1993). Posteriormente, o Federalismo ressurgiu com a bandeira liberal de Tavares Bastos e com a propaganda republicana, sendo institucionalizado na República de 1889 (ALCANTÁRA,

* Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos –UFSCar, mestre em Ciência Política pela mesma universidade. Bacharel em Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. Bolsista Fapesp.

1993).

O pacto federalista faz-se necessário quando um país apresenta multiplicidade cultural, social a ponto de colocar-se em questão a desintegração nacional, mas ao mesmo tempo existe a defesa da integridade territorial contanto que se mantenha a autonomia local. Assim, o arranjo federativo é uma parceria com divisão de poder entre os parceiros, que necessita de uma Constituição estabelecendo os termos do poder compartilhado e a divisão de poder em bases territoriais (ABRUCIO, 2005).

No Brasil, a significação é estritamente ligada à autonomia, já que a formação do Federalismo brasileiro se liga a sua contraposição ao centralismo monárquico. Primeiro formou-se a União sob o centralismo monárquico e depois as unidades se formaram na reivindicação pela autonomia.

Merece mencionarse el hecho singular de que Brasil es el único país de tradición federal em que el término federación, aún hoy, se indentifica com descentralización, en lugar de significar, como ocurrió em Estados Unidos y en los demás países, la organización de la unión (ALCÂNTARA, 1993. P.308).

A significação peculiar do Federalismo, ligada a autonomia e descentralização, fez com que os estados concentrassem inúmeras competências¹. Além dos grandes poderes que tinham os estados, havia também a falta de interdependência entre as unidades federativas, acarretando em um desequilíbrio federativo. Dessa maneira, no sistema brasileiro havia uma hierarquia, na qual os estados tinham peso muito diferente.

Esta hierarquia entre os estados devia-se a acontecimentos que remontam ao Império. A feitura do novo regime liga-se as mudanças do eixo econômico ocorridas no país, ou seja, maior dinâmica econômica no estado de São Paulo, que anteriormente situava-se no estado do Rio de Janeiro e na região Nordeste. De modo que os paulistas tiveram participação ativa na feitura da República, e sobretudo, na condução da política nacional republicana. Assim, o estado de São Paulo e o de Minas Gerais eram mais fortes que a União e conduziram o país.

O desequilíbrio federativo mostrava-se na submissão que as demais unidades federativas tiveram perante estes dois estados. Os estados do Rio Grande do Sul, Rio de

¹ Os estados detinham a propriedade das minas e das terras devolutas, podiam realizar entre si ajustes e convenções, sem caráter político. Além de legislar sobre qualquer assunto que não lhes foi negado pela União, o que de fato permitia cobrar impostos interestaduais, decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprio, organizar força militar (RESENDE, 2003, p.92).

Janeiro, Bahia e Pernambuco, eram estados médios, influenciavam a medida que os dois estados condutores se desentendiam. Para os demais estados o governo federal era o mais forte, cabia a estes adaptarem-se ao cenário, pois mal podiam viver sozinhos, já que dependiam de verbas federais (ABRUCIO, 1998).

Conforme já citado, utilizamos a Teoria das Elites para a compreensão da dinâmica politicamente restrita da Primeira República. Interessante notar, como o pensamento de um dos mais importantes presidentes republicanos compactua perfeitamente com a Teoria das Elites. O presidente Campos Sales acreditava que a direção política cabia a poucos e não a massa (CARONE, 1969), criou formas de eliminar a livre competição possibilitando, assim, o reino das oligarquias. Um de seus maiores legados foi ter formulado a “Política dos Governadores”.

A política objetivava encontrar algum modo de governar, já que a primeira década República foi mais instável, passando por golpe e contragolpe de Estado. O presidente queria achar uma fórmula capaz de gerar uma mínima estabilidade, que proporcionasse equilíbrio interno. A política dos governadores girava em torno de um sistema de apoio, em que a competição foi quase eliminada e as oposições asfixiadas. No âmbito estadual somente assumia mandato aqueles que apoiassem o governo federal².

O mesmo sistema de apoio e reciprocidade que existia entre a União e os estados – política dos governadores – existia entre os estados e os municípios, baseado no pacto coronelista. O coronel, nos municípios, era uma ponta na cadeia que ia até o presidente da República (CARVALHO, 1997). Assim, esse sistema de compromisso e alianças era a verdadeira sustentação do regime.

² A política dos Governadores, conforme Cardoso (2006), consistia em 1º) Diante da independência dos Poderes prevaleceria a Presidência da República. 2º) O Legislativo não governa nem administrava, quem esclarece e dirige é o Executivo. O Legislativo necessitaria de direção do Executivo. 3º) É necessário encontrar uma forma de solidarização entre Executivos e as maiorias, afinal o mesmo sufrágio que elege um poder deveria elege o outro poder. Assim, o presidente reconhecia a legitimidade das maiorias estaduais. 4º) Portanto, o governo federal deveria apoiar as maiorias estaduais e nunca as dissidências locais, assim a situação apoiava a política do presidente incondicionalmente. 5º) A prática para que isso pudesse acontecer foi a Comissão de Verificação de Poderes, que resolvia casos de dúvida sobre quem havia sido eleito, ou seja, só era eleito quem apoiava o governo, independentemente do número de votos.

Dessa forma, a Comissão de Verificação de Poderes jogava as disputas, bem como a decisão e as insatisfações, do âmbito federal para o estadual. Assim, cabia aos estados a escolha de quem assumiria o poder. Antes, a diplomação era feita pelo deputado mais idoso, a partir de então a diplomação seria feita pelo presidente da Câmara anterior, um governista, garantindo que só assumiria quem fosse da situação, mesmo que fosse o menos votado.

Nos municípios, os coronéis colocavam a disposição do governo estadual os votos que controlavam, tanto dos seus dependentes como o do resultado das alianças e do apoio conquistado (LEAL, 1975). Em troca o governo estadual permitia que o coronel fosse o verdadeiro dono do município: indicava os ocupantes dos cargos públicos, tinha para seu uso pessoal a polícia, etc. A mesma configuração que se dava da esfera federal para a estadual ocorria da esfera estadual para municipal, assim governo federal:

[...] prometia-lhes carta branca dentro dos seus estados, desde que se comprometessem a só eleger deputados federais e senadores que estivessem de acordo com o governo federal...Era em escala federal, a mesma combinação existente no plano estadual, entre presidentes e coronéis: dá-me teu apoio e terás carta branca. (QUEIROZ, 1977, P.122)

Assim, sob essa intrincada configuração de Federalismo desequilibrado, que dava suporte à Política dos governadores e Coronelismo, as elites políticas de cada estado tiveram que atuar. As práticas políticas de cada uma dessas elites evidenciam em que medida elas compreendem esse intrincado sistema, empregando determinadas estratégias para alcançar seus objetivos, sejam eles particularistas ou em benefício de seus respectivos estados.

3- As práticas políticas elites mato-grossenses³

O advento da República foi visto de forma otimista pelos mato-grossenses e as oligarquias viram uma oportunidade de ascender ao poder. Conforme Corrêa (2006) as famílias que dominaram o período foram os Ponce, Corrêa da Costa, Paes de Barros e os Murtinho. Ainda no Império, um nome que já se destacava era o de Generoso Ponce, prestigiado junto ao Partido Liberal. Enquanto que o ilustre mato-grossense, Joaquim Murtinho não teve o mesmo sucesso durante o Império, tentou por várias vezes ser eleito deputado por Mato Grosso e foi preterido (FARIA, 1998).

Como em todo país, no momento imediato após a Proclamação os militares assumiram o governo federal e de alguns estados. Para Mato Grosso, Deodoro da Fonseca designou o general Antônio Maria Coelho. O primeiro presidente de estado⁴ teve curto mandato (1889 -

³ Para uma análise mais detalhada dos anos 1889-1906 ver dissertação de mestrado Arruda, Larissa R. V. Disputas Oligárquicas: as práticas das elites mato-grossenses (1982-1906).

⁴ A Primeira República era tão descentralizada que até os nomes do chefe do executivo estadual variavam, em alguns estados eram chamados de governadores e em outros presidentes de estado.

1891) devido a sua inabilidade política, gerando instabilidade ao estado. Logo que assumiu, tentou coordenar os dois grupos políticos que existiam no final do Império: um ligado ao Partido Liberal – formado por Generoso Ponce, Joaquim Murтинho -, e outro ligado ao Partido Conservador. Entretanto, o governador tinha ressentimentos do Partido Liberal⁵, qual era membro e optou por privilegiar o grupo vinculado ao Partido Conservador.

Diante da impossibilidade de um acordo entre as facções, Antônio Maria aglutinou apoio dos militares e formou o Partido Republicano Nacional (PRN). Como resposta, Generoso Ponce criou o Partido Republicano (PR), apoiado por Joaquim e Manuel Murтинho, Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa e Antônio Azeredo. O primeiro governo estadual republicano foi marcado pelos conflitos entre o PRN e o PR.

Os embates entre o grupo do governador e as oligarquias, fizeram com que estas mudassem a tática e fossem angariar seus objetivos no Rio de Janeiro. Joaquim Murтинho pediu a demissão de Antônio Maria para o presidente da República, o que só ocorreu quando Deodoro certificou-se dos atos irregulares de prisões e demissões para perseguir opositores por parte de Antônio Maria (CORRÊA FILHO, 1969, p.584). O afastamento foi decretado em dezembro 1890.

Como existiam dificuldades de comunicação, Antônio Maria continuou no governo até 15 de fevereiro de 1891. Enquanto isso, as eleições estavam marcadas para janeiro daquele ano, e tiveram a vitória do PRN de Antônio Maria. Em fevereiro, Deodoro designou para assumir o governo estadual o coronel Frederico Solon de S. Ribeiro, que anulou a eleição de janeiro e marcou uma nova em maio de 1891.

Na eleição de maio de 1891, a vitória foi do PR e para o governo estadual foi eleito Manuel Murтинho. A autoridade designada por Deodoro no estado confirma a validade da eleição de maio e o primeiro presidente constitucional assumiu em 15 de agosto. Contudo, ainda viriam maiores instabilidades advindas da capital federal. No Rio de Janeiro, Deodoro dá o golpe e renuncia sob ameaças do almirante Custódio de Melo bombardear a baía de Guanabara, então, Floriano Peixoto assumiu a presidência da República. Este momento de tensão foi utilizado pelos grupos políticos locais e uma série derrubadas de governadores iniciou-se em 1891 e 1892 em todo país.

⁵ Antônio Maria Coelho não foi indicado pelo Partido Liberal na composição da lista tríplice do Senado Imperial, sendo preterido por Joaquim Murтинho.

No Mato Grosso, o grupo derrotado nas eleições de janeiro de 1891 depõe Manuel Murinho. Entre eles estão o major Caetano de Faria e Albuquerque, Benedito Pereira Leite, e o bacharel Costa Marques participou da ocupação de Cuiabá. Todos eram do PRN, chefiado por Antônio Maria. Para evitar a perda do controle político por seu grupo, Ponce arregimentou homens para a luta armada. Ponce soube capitalizar o apoio de Floriano Peixoto, alegando quebra de hierarquia dos militares acima citados (CORRÊA, 2006), decisiva para a vitória da oligarquia.

Generoso Ponce conseguiu através da luta armada fazer com que seu grupo voltasse ao poder e Manuel reassumiu o governo estadual. A Disputa Oligárquica de 1892 marcou o longo período de dominação de Joaquim Murinho e elevou Ponce a posição privilegiada de liderança política estadual. “Inteligentíssimo, nenhum outro chefe político gozou em Mato Grosso de prestígio igual ao seu” (MENDONÇA, 1973, p.246).

A configuração de aliança entre Ponce e Murinho estendeu-se até 1898, quando a costura para o nome a concorrer na eleição do governo estadual gerou atritos. Já faziam anos dos acontecimentos de 1892 e a gratidão dos Murinho foi se transformando em atrito diante do prestígio que Ponce detinha no estado. Chefe da maioria, Ponce acreditou não precisar mais dos Murinho e não os chamou para participar da indicação do nome do próximo governador. Contudo, naquele momento Joaquim Murinho era o ministro da Fazenda do presidente Campos Sales. Ponce baseava em sua legitimidade de líder, o que garantiria o cumprimento da política de Campos Sales, isto é, o governo federal não intervir nas maiorias estaduais.

Nas eleições de 1899, o grupo do Partido Republicano se cindiu: Azeredo e os Correa da Costa apoiaram o candidato de Ponce, João Félix do Partido Republicano Conservador. Os Murinho apresentaram outro candidato, José Maria Metelo, pelo Partido Republicano Constitucional, sendo apoiados pelo coronel Antônio Paes de Barros. O resultado da eleição confirmava a posição de Ponce como chefe da maioria no estado.

Apesar disso, o coronel Antônio Paes de Barros arregimentou homens e sitiou Cuiabá. A Assembleia Legislativa daria diploma ao governador eleito, mas Antônio Paes cercou a Assembleia impedindo que o candidato eleito fosse diplomado e, ofereceu um acordo: a garantia da vida dos envolvidos em troca da anulação do resultado da eleição. O governo federal, que segundo a Constituição de 1891, deveria prestar auxílio aos estados quando

solicitados, simplesmente se esquivou, permitindo que o resultado da eleição não fosse garantido. Campos Sales contrariou a política que criou e abriu exceção para o Mato Grosso, privilegiando o comando político de Joaquim Murinho.

Sem alternativas, as eleições foram anuladas e começaram os anos de ostracismo político daquele grupo, que emigrou para o Paraguai. A Disputa Oligárquica de 1899 coroou Antônio Paes como o novo chefe da política estadual, que passou a influenciar em todo esse período. Em 1903, Antônio Paes de Barros assumiu o governo de Mato Grosso, com apoio dos Murinho.

Posteriormente, a aliança dos Murinho com Antônio Paes começou a estremecer tão logo iniciou seu mandato. A expectativa dos Murinho era que o governador executasse seus pedidos, mas não foi o que aconteceu. A primeira contrariedade veio com o Tratado de Petrópolis. Joaquim Murinho fazia acirrada oposição ao presidente Rodrigues Alves no Senado e o presidente queria aprovar o tratado sobre a incorporação do Acre ao Brasil, que previa a compra do território boliviano e troca de terras de Mato Grosso para Bolívia.

Como o estado de Mato Grosso estava envolvido, Rodrigues Alves pediu para Antônio Paes apoiá-lo. O governador também recebeu o pedido oposto por parte de Joaquim Murinho, mas decidiu apoiar o presidente da República. O apoio de Antônio Paes ao Tratado gerou insatisfação, pois consentiu na perda de terras do estado.

Antônio Paes seguiu impondo contrariedade aos Murinho, preferindo sempre aliar-se a Rodrigues Alves. O governador não percebeu sua total falta de sustentação local, apoiando-se apenas na esfera federal. Paralelamente, Ponce havia voltado para o país e se estabeleceu em Corumbá. Em 1906, Ponce e Manuel Murinho se encontraram e retomaram a aliança política.

Então, para o retorno político do grupo de Ponce, iniciou-se a Disputa Oligárquica de 1906, o antigo grupo rival uniu-se contra o governador Antônio Paes. Novamente chefiando um movimento armado, Generoso Ponce, com auxílio dos Correa da Costa, Costa Marques e muitos líderes locais, somado ao apoio no Rio de Janeiro de Joaquim Murinho, Antônio Azeredo e Metelo, destituíram o governador de seu cargo, resultando no assassinato de Antônio Paes.

A Disputa Oligárquica consolidou a antiga aliança de Ponce e Murinho até 1911, ano que ambos morreram. Após esse período, as lideranças que já participavam de toda a

configuração política republicana, mas eram ofuscadas por aqueles mandões locais, assumem o predomínio estadual. Pedro Celestino Corrêa da Costa assumiu a política local tendo que rivalizar com o prestígio de Azeredo.

Em 1911, o aliado de Ponce, Costa Marques assumiu o governo estadual, no qual Antônio Azeredo não teve dificuldades de conduzir a política. Em contrapartida, no ano de 1915, assumiu o general Caetano de Faria e Albuquerque, cujo governo vivenciou grave crise que resultou na Disputa Oligárquica de 1916 e culminou na intervenção federal de 1917. Os atritos decorriam da disputa pelo predomínio político entre Pedro Celestino e Antônio Azeredo.

Para compreender o conflito é preciso deter-se na questão da Companhia Mate Laranjeira⁶ e o posicionamento dos mandões locais. Desde o Império a Companhia conseguia sucessivas permissões para extrair erva-mate das terras devolutas ao sul do estado. Na Primeira República entre os anos de 1908-1912, a Companhia tentou a prorrogação do arrendamento de terras. Não obstante, Generoso Ponce se opôs em 1908⁷ e Pedro Celestino fez o mesmo em 1912⁸. A favor da Companhia sempre estiveram os Murtinho e Antônio Azeredo, mas nada fora resolvido.

O cenário se altera com as mortes de Ponce e Murtinho em 1911, a partir daí a prorrogação do prazo de exploração dos ervais pela Companhia esteve sempre no epicentro dos desentendimentos entre Pedro Celestino e Antônio Azeredo. Tais atritos levam Pedro Celestino a fundar um novo partido em 1913 (CORRÊA, 2006), o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG). E Antônio Azeredo permaneceu no comando do Partido Republicano Conservador (PRC).

⁶ A Companhia tem uma história complexa, que remonta ao período do Império. O mate sempre foi utilizado pelos índios guaranis, bem como nas missões jesuíticas no Paraguai (CORRÊA FILHO, 1925). Os ervais nativos localizavam-se no sul de Mato Grosso. Sua exploração foi oficializada depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), após demarcação das fronteiras. A comissão demarcatória foi chefiada pelo coronel Rufino Enéias Gustavo Galvão, cujo período estendeu-se de 12 de agosto de 1872 a 24 de outubro de 1874. Acompanharam a comissão dois gaúchos, Thomas Laranjeira e Ernesto Paiva, que fornecia aos oficiais sua alimentação. Thomas, observando os ervais nativos, apoderou-se das terras na extensão de Ponta Porã a Bela Vista e, com a ajuda de alguns conterrâneos, começou explorar a erva-mate. Em 1882, Thomas obtém licença para explorar as terras devolutas no sul do estado. Em 1892, juntam-se ao empreendimento a família Murtinho, quando forma-se a Companhia Mate Laranjeira. A erva-mate foi o principal produto da economia do estado na primeira República.

⁷ Nos períodos anteriores, a Companhia era defendida por Joaquim e Manuel Murtinho enquanto Generoso Ponce queria arrendar as terras as dividindo 450 hectares cada (CORRÊA FILHO, 1969).

⁸ De acordo com Alves (2002), o motivo da oposição de Pedro Celestino era seu interesse em quebrar o monopólio sobre as terras devolutas, pois seu irmão Antônio Corrêa da Costa trabalhava para empresa Estieime, que tinha interesse na região.

A situação entre Pedro Celestino e Azeredo se agravou no governo do general Caetano. O general eleito pelo PRC passou a tomar medidas favoráveis ao PRMG, de Pedro Celestino. O desentendimento do governador Caetano com o PRC é explicado por Alves (2002) sendo fruto da não obediência do governador ao partido, ou melhor, a Azeredo. Assim, Caetano passou cada vez mais a contar com Pedro Celestino enquanto sofria grave oposição da Assembleia, em sua maioria do PRC.

Mais um agravante foi a Lei 725, de setembro 1915, que definiu que o arrendamento “seria contratado com a Empresa Laranjeira, Mendes e Cia, ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer” (CORRÊA FILHO, 1969, p.605). A Lei acabava com o monopólio da Companhia sobre as terras do sul do estado. Para Alves (2002) a Companhia participa da luta armada de 1916 na expectativa de que essa lei não fosse executada, o que acabou ocorrendo nos anos 1920, ainda que mantivesse muitos privilégios.

No ano de 1916 as relações entre o Executivo e Legislativo estadual passaram por contínuos atritos. Os deputados estaduais acusaram Caetano de crime de responsabilidade, em contrapartida, o governador mandou prender deputados. Os representantes do Legislativo solicitam *habeas corpus* e a Assembleia passa funcionar protegida pelo Exército (MENDONÇA, 1974). Os deputados alegavam que Caetano formou batalhões civis e foram espancados os adversários do governo. A Assembleia pretendia processar Caetano, mas em julho de 1916 foi ocupada por capangas.

O ápice das hostilidades ocorreu quando o Hotel Cosmopolita, onde se hospedavam deputados dos PRC, favoráveis a Azeredo, foi invadido e os ameaçaram de morte (ALVES, 2002; MENDONÇA, 1974). Assembleia transferiu-se para a cidade de Corumbá e em 06 de novembro de 1916, os deputados aprovaram por unanimidade perda de mandato de Caetano, sendo o 2º vice empossado em Corumbá.

Diante do *impeachment*, Caetano conseguiu *habeas corpus* para manter-se no governo do estado, gerando duplicidade de governo – em Cuiabá e Corumbá. Enquanto a guerra jurídica acontecia, desde julho os dois grupos travavam combate. De acordo com Mendonça (1974), o batalhão da polícia do sul se rebelou, os coronéis do PRC e trabalhadores da Companhia armaram-se. Do outro lado, a favor do governo estadual, foi mobilizado as forças de seringueiros, garimpeiros e usineiros sob o comando de José Morbeck e Palmiro Paes de Barros. Conforme Alves (2002), as forças governistas tiveram maior número de vitórias.

No Rio de Janeiro, o senador Antônio Azeredo tentou que o presidente Wenceslau Brás decretasse a intervenção federal, mas este não consentiu. Azeredo, então, emprega outra tática, convence o governador de São Paulo, Rodrigues Alves, apoiá-lo na intervenção em Mato Grosso, em troca do apoio na sucessão paulista. Rodrigues Alves e outros governadores escrevem para Wenceslau e comentaram as arbitrariedades ocorridas no estado, assim, o presidente decide intervir.

Wenceslau Brás enviou para Mato Grosso general Luis Barbedo para propor acordo: renúncia do governador e seus substitutos legais. Assim, em 10 de janeiro de 1917 foi decretada intervenção federal no estado, assumindo o interventor federal Camilo Soares. A intervenção surgiu do acordo entre PRMG, PRC, Assembleia e Caetano, quando se estabeleceu a renúncia todos deputados, governador e vices. O general Caetano ainda tentou *habeas corpus* para continuar a governar, o que foi negado por unanimidade.

Os atores políticos em questão começaram a tecer um acordo para as eleições em novembro de 1917. Ainda segundo Alves (2002), depois de algumas indicações dos dois partidos, o PRC indica Dom Aquino Corrêa⁹. O religioso católico detinha prestígio no estado e apoio do Partido Republicano Paulista, do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e do presidente da República. Entretanto, em Mato Grosso a candidatura sofreu oposição dos partidos, dos protestantes, espíritas, membros dos cultos afros, da loja maçônica Acácia de Cuiabá e do Marechal Rondon. Diante desse quadro, Dom Aquino informou ao presidente da República que só assumiria se Pedro Celestino e Antônio Azeredo concordassem (ALVES, 2002).

Mediante a concordância dos dois mandões locais, o acordo de 1917 estabeleceu chapa única para eleições formada por: D. Aquino Corrêa, 1º vice: Antônio Ferrari, 2º vice: Francisco Paes de Oliveira. Para Assembleia Legislativa, cada partido votaria em 14 nomes e 4 de indicação de D. Aquino. Para Câmara Federal, ambos partidos votariam em dois nomes e, a vaga do Senado ficaria com o PRMG (MENDONÇA, 1974, p.128). Dom Aquino assumiu em janeiro de 1918.

O estado ainda enfrentou episódios de violência até a Revolução de 1930, mas a partir de 1918 todos governadores conseguiram finalizar seus os mandatos. Antes de 1918, somente

⁹ Formou-se em Teologia em e defendeu doutorado em Roma. Foi arcebispo de Cuiabá em 1919 e membro da Academia Brasileira de Letras.

Manuel Murтинho (1891-1894) e Costa Marques (1911-1915) conseguiram terminar o período de governo (FANAIA, 2010). Depois da intervenção federal, as elites políticas estabeleceram um acordo prévio antes das eleições, alterando as estratégias de obtenção do mando político.

Composição das Elites Políticas durante as Disputas Oligárquicas		
1892	Partido Nacional Republicano	Partido Republicano
	Antônio Maria Coelho, Caetano de Faria e Albuquerque, Benedito Pereira Leite, Joaquim Augusto Costa Marques	Generoso Ponce, Pedro Celestino e Antônio Corrêa da Costa, Antônio Azeredo, Manuel e Joaquim Murтинho
1899	Partido Republicano Conservador	Partido Republicano Constitucional
	Generoso Ponce, Pedro Celestino e Antônio Corrêa da Costa, Antônio Azeredo	Antônio Paes de Barros, Manuel e Joaquim Murтинho, José Maria Metelo
1906	Partido Republicano Constitucional	A Coligação
	Antônio Paes de Barros	Manuel e Joaquim Murтинho, José Maria Metelo, Generoso Ponce, Pedro Celestino e Antônio Corrêa da Costa, Antônio Azeredo
1916	Partido Republicano Mato-Grossense	Partido Republicano Conservador
	Caetano de Faria e Albuquerque Pedro Celestino Corrêa da Costa	Antônio Azeredo, Benedito Pereira Leite, Joaquim Augusto Costa Marques

Nesse cenário, as práticas políticas mais salientes foram os conflitos armados pelo poder, chamados pela literatura de “Revoluções”. Porém, optamos pela denominação Disputas Oligárquicas¹⁰, pois não tiveram apoio popular, que se saiba, nem significaram rupturas na sociedade, mas pelo contrário, as disputas ocorriam para a manutenção da ordem – as elites não cogitavam dividir o poder com o povo. De acordo com Fernandes (1984, p.8), uma

¹⁰ Carone (1970) explicita que no Brasil o conceito de oligarquia, governo da minoria, ganhou o significado de um governo baseado na estrutura familiar. A diferença de um coronel para um oligarca é a magnitude de seu poder, o coronel está no âmbito local, e o oligarca tem poder de alcance estadual. O oligarca é um coronel, ou um representante dele.

revolução é uma “... mudança que mexe nas estruturas, que subverte a ordem social imperante da sociedade”.

A falta de evidências de participação popular deve-se ao próprio caráter restrito do período, assim, as Disputas Oligárquicas foram confrontos entre as elites. A população estava totalmente alijada do processo, conforme Carvalho (1987), a consolidação da República ocorreu com o mínimo de participação eleitoral e sobre a exclusão popular.

A população tinha que se posicionar entre um dos lados, o poder emanava das elites. Somente os pequenos grupos disputavam o poder, o que poderia ocorrer mediante um acordo prévio – como o compromisso coronelista e a política dos governadores – ou pelo conflito armado, geralmente a única opção das oposições. A oposição era uma posição desconfortável que era revertida geralmente pelo confronto, haja vista o contexto de governismo, pois os votos contavam pouco. Os opositores não chegavam a se eleger, já que eram “degolados” pela Comissão de Verificação de Poderes, mesmo tendo o maior número de votos.

As Disputas Oligárquicas também se caracterizam pela participação direta das oligarquias que detinham real probabilidade de conquista, isto é, as oligarquias cuiabanas. Estudar o período significa passar pelo regionalismo, que resultou posteriormente no divisionismo¹¹. Assim, os anseios pela divisão do estado de Mato Grosso começaram devido à percepção de que somente a capital Cuiabá detinha os benefícios, conforme Corrêa (2006) e Bittar (2009), a história de Mato Grosso por muito tempo se resumiu à história de Cuiabá. Os privilégios que detinha a capital também se verificavam na política, o poder político do extenso estado concentrava-se na cidade. As oligarquias cuiabanas se digladiavam para obter o poder estadual, os coronéis das outras partes do estado não tiveram chances. Desta forma, durante todo o período verificamos claramente o predomínio das oligarquias cuiabanas.

Por conseguinte, nos anos estudados o centro da política era Cuiabá, a configuração política de todo estado tinha como referência o que ocorria na capital. A maioria dos coronéis do sul se compunha com os do norte, com Generoso Ponce ou Antônio Paes de Barros, as demais regiões se mantinham subordinadas, portanto, à capital.

Outra característica proeminente das Disputas Oligárquicas é que elas marcam as rupturas dentro dos próprios grupos oligárquicos, alterando o arranjo então no poder. Foi o

¹¹ A divisão de Mato Grosso concretizou-se em 1977, quando surgiu o novo estado de Mato Grosso do Sul.

que ocorreu nas Disputas Oligárquicas dos anos 1892, 1899, 1906 e 1916, esta última gerou a intervenção federal, bem como aprendizado acerca das estratégias das elites.

Dessa forma, nas Disputas Oligárquicas observamos os cuiabanos Generoso Ponce e Joaquim Murтинho, ambos com seus respectivos grupos, unirem-se contra os militares mato-grossenses em 1892; medirem forças em 1899; e aliarem-se contra Antônio Paes em 1906. Com espaço vazio aberto com as mortes Generoso Ponce e Joaquim Murтинho em 1911, a vaga da chefia política local foi preenchida por Pedro Celestino e Antônio Azeredo.

Interessante notar que, independente dos quatro nomes apontados estarem ocupando mandatos eletivos ou não, eles foram “elemento socioeconômico polarizador” (QUEIROZ, 1977). Assim, exerciam o poder, escolhiam os nomes que “concorreriam” nas eleições, decidiam contendas e ainda exerciam influencia mesmo estando na oposição (sem menor possibilidade de exercer cargos eletivos), casos de Ponce e Pedro Celestino.

As Disputas Oligárquicas foram, então, conflitos entre as elites cuiabanas pelo domínio político estadual. Não havia nenhuma alteração na ordem dos privilégios das oligarquias, a alteração que ocorria era a circulação das elites no poder, em detrimento da participação popular e das instituições democráticas, já que por Disputas Oligárquicas era desrespeitado resultado de eleições e/ou desfeito governos legalmente já constituídos. As Disputas Oligárquicas significaram a alternância de grupos e até mesmo a divisão das elites.

4- Dissensão ou União? Os restritos meios de atuação política

As práticas políticas das elites mato-grossenses foram basicamente duas: o enfrentamento através de Disputa Oligárquica ou o acordo. No período de 1889 a 1906 predominou o enfrentamento, que culminou em três Disputas Oligárquicas, consequentemente, o assassinato do governador, não manutenção dos resultados das eleições e não permanência no poder de governo instituído. Não significa que não houveram acordos ou tentativas, mas a união dos mandões políticos Generoso Ponce e Joaquim Murтинho esteve permeada pelo enfrentamento.

Foi somente a partir do ano de 1906 que os nomes mais importantes da política mato-grossense percebem a importância da aliança e mantiveram o acordo até o fim de suas vidas. Não significa que não houveram tensões, mas sim que ambos primaram pelo acordo e

manutenção da aliança e, principalmente, Ponce e Murtinho cederam para continuar unidos. Os coronéis compreenderam que juntos poderiam ter o comando político de Mato Grosso, mas separados perderam esse poder.

Tanto Murtinho necessitava de alguém no estado para cumprir sua vontade, como Ponce entendeu que diante configuração política de Mato Grosso, de contínuas intervenções federais, não poderia lutar contra Murtinho. A experiência mostrou a ambos que era melhor dividir o poder com antigos aliados que fazer novas e ariscadas alianças, como a dos Murtinho com Antônio Paes.

Entretanto, a morte dessas lideranças põe fim aos acordos, Pedro Celestino e Antônio Azeredo nada aprenderam com os anos lutas e instabilidades. Lutando por seus interesses econômicos e mando do estado, os dois envolveram Mato Grosso em uma nova luta armada, não importando se a consequência fosse a intervenção federal. Não era a primeira vez que tentou-se decretar a intervenção federal no estado. Em 1899, Ponce, diante das tropas de Antônio Paes exigindo a anulação da eleição, como presidente da Assembleia Legislativa pediu intervenção federal, contudo, os senadores mato-grossenses trabalharam pela sua não aprovação no Congresso Nacional. Novamente, em 1906 Rodrigues Alves clamou pela intervenção federal quando governador em exercício foi morto, mas novamente os senadores não permitiram¹².

A intervenção federal foi um aprendizado para as elites políticas: ou perderiam qualquer autonomia sobre o controle político de seu estado ou resolveriam suas diferenças e juntos governariam. Foi exatamente o que as lideranças tiveram de compreender, ainda que conflitos violentos, rompimentos políticos e criação de partidos segundo a vontade do líder não deixassem de acontecer. O maior aprendizado foram as alianças mantidas para que os governadores conseguissem terminar seus governos a partir de então, e não houvesse mais Disputas Oligárquicas.

Foi com muita dificuldade que os parlamentares e os mandões locais compreenderam

¹² Lembrando que de acordo com a Constituição Federal de 1891:

Art 6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

1º) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2º) para manter a forma republicana federativa;

3º) para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, **à requisição dos respectivos Governos**;

4º) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

(BRASIL, 1891, grifo nosso)

que o acordo político era única forma de impor alguma pauta de Mato Grosso, ou sua própria predominância. Os parlamentares mato-grossenses, comandados pelas lideranças pessoais, tinham restritos meios de atuação. O estado dependia de verbas federais, sujeito a intromissões da União e a única alternativa possível para conseguir angariar as pautas imprescindíveis para o estado (melhores comunicações, melhores meios de transporte) seria manterem-se coesos. Segundo a Política dos Governadores, as questões locais não incomodariam a presidência da República, se digladiariam e o vencedor seria apoiado.

As elites regionais de vários estados imbuíam-se nos confrontos armados locais e os estados que se mantiveram coesos facilmente impuseram suas pautas. O Partido Republicano Paulista foi exemplar nesse sentido. Este partido já estava organizado desde o Império e participou tanto da propaganda republicana como na queda do regime e principalmente na condução da política nacional na República. Assim, enquanto o PRP era forte e relativamente coeso, o republicanismo dos demais partidos era frágil, fragmentado, cheio de disputas e baseado em lideranças pessoais.

5- Considerações Finais

Retomado as configurações das Disputas Oligárquicas dos anos de 1892, 1899, 1906 e 1916, percebemos que as práticas políticas das elites ora pautaram-se na luta armada e violência ora no acordo político. O momento ápice do confronto, os de Disputas Oligárquicas, intermediou-se nos acordos políticos feitos por Ponce e Murinho entre 1906 e 1911, igualmente, o acordo entre Azeredo e Pedro Celestino no período de 1918 até a Revolução 1930.

Foram longos anos de aprendizado para que se chegar às conclusões dos anos de 1906 e 1918, domínio da prática política esta que algumas bancadas estaduais brasileiras já apresentavam. Agravado pelo federalismo hierarquizado, que deixava pouco espaço para a maioria dos estados. Somente a coesão das bancadas conseguiria angariar as necessidades de Mato Grosso.

As elites mato-grossenses além de não serem capazes de empreender sozinhas as necessidades do estado ou seus objetivos particulares, apenas atuavam no Estado, nada fora dele, lutando entre si para conseguir suas benesses. A demora em perceber que somente a

somatória de forças traria melhoras para Mato Grosso, fez com que os donos do poder envolvessem toda região em instabilidades políticas causando prejuízos ao erário público, inúmeras mortes, danos aos negócios e às vidas que ali estavam, agravando o quadro econômico, que já não era dinâmico. Além das elites institucionalizarem práticas perversas para a Democracia, que ainda persistem. Portanto, sua demora em entender o jogo político em que encontravam causou o lento desenvolvimento de Mato Grosso e, conseqüentemente, do futuro Mato Grosso do Sul.

Referências Bibliográficas

- ABRUCIO, Fernando L. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC – Departamento de Ciência Política da USP, 1998, p. 253
- _____. A Coordenação Federativa no Brasil: A experiência do governo FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, nº24. Curitiba: UFPR. P.41-67. 2006.
- ALCÂNTARA, Aspásia B. C. La Federación Sometida. Nacionalismo Desarrollista e Inestabilidad Democrática. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.300-362
- ALVES, Lourembergue. *Caetanada Violência e Luta Armada como Estratégia de Obtenção e Manutenção de Poder*. São Paulo: Scortecci Editora, 2002.
- BITTAR, Marisa. *Regionalismo e divisionismo no sul do Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. vol.1.
- CARDOSO, Fernando H. Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 8. Rio de Janeiro, 2006.p. 17-57.
- CARONE, Edgar. *A república velha*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1 - Instituições e classes sociais.
- _____. *A Primeira República (1889-1930)*. 1ªed., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- CARVALHO, José M. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia - Companhia das Letras, 1987, p.216.
- _____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2,1997.Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso> acessos em 01 abr. 2010.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890- 1940)*. 2ªed., Campo Grande: Ed. UFMS,2006. 231 p.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.744p
- FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da República: Negócios e Poder na Passagem do Século XX*. Rio de Janeiro: Notrya Editora,1993.
- FANAIA, João E. A. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução?* São Paulo: Abril Cultural Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos). 1984.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*.2ªed. São Paulo: Editora Alfa-Omega,1975. 257p.
- LOVE, Joseph L. Federalismo y Regionalismo em Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.180-223
- MENDONÇA, Estevão. *Datas Matogrossenses*. 2ªed. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 1973.
- MENDONÇA, Rubens. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. 2º ed. Vol.1, 1974.
- MOSCA, Gaetano. La Clase Política. In: BATTLE, Albert (Org.) *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*. 3ªed. Barcelona: Ariel, 2007, p.23-36.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. O Processo político na Primeira República e o Liberalismo

oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila A. N. (ORGS.) *O Brasil Republicano* Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P.89-120.

_____. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ªed., São Paulo: DIFEL,1977, p.155-188.